



Comprovante de Publicação

Nº: 26251

Data/Hora Veiculação: 01/07/2015 16:30

Ato: ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR - 25/05/2015

Assunto: ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR

Tipo: Ata do Conselho Municipal do Plano Diretor

Órgão 1: Prefeitura do Município

Órgão 2: CMPD - CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR

Ementa: Aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, às quatorze horas, na sede do COMUSAR situada na Rua Pedro Druszczyk, s/nº - complexo de saúde São Vicente de Paulo, realiza-se a quinta reunião ordinária de 2015 do Conselho Municipal do Plano Diretor, estando presente o secretário executivo Victor Aurélio Antunes, a convidada Jaqueline Martins da Silva e os seguintes conselheiros titulares e suplentes: Antonio Arival Corrêa, Juscelino Katuragi de Melo, Péricles Alves Pinto, Moacir Marcos Tuleski Pereira, Josiane Novak, Gustavo Soares de Almeida, Fabiana Moreno Casado, Lauri Anderson Lenz, Hélio Luiz Bzuneck, Telma Schiminsky, Aleksandra Tomé e Fernanda Maria Karas. Pauta da 5ª reunião: Processo 11787/13 – EIV Koisas Frescas, Processo nº 4076/10 - Parâmetros Especiais, Eleição do CMPD, Processo nº 2367/15 – Regimento Interno CMPD e Assuntos gerais.

Identificação:

2325/2015

Data

Publicação :

02/07/2015

Completo

REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25/05/2015 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31
32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 Aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, às quatorze horas, na sede do COMUSAR situada na Rua Pedro Druszczyk, s/nº - complexo de saúde São Vicente de Paulo, realiza-se a quinta reunião ordinária de 2015 do Conselho Municipal do Plano Diretor, estando presente o secretário executivo Victor Aurélio Antunes, a convidada Jaqueline Martins da Silva e os seguintes conselheiros titulares e suplentes: Antonio Arival Corrêa, Juscelino Katuragi de Melo, Péricles Alves Pinto, Moacir Marcos Tuleski Pereira, Josiane Novak, Gustavo Soares de Almeida, Fabiana Moreno Casado, Lauri Anderson Lenz, Hélio Luiz Bzuneck, Telma Schiminsky, Aleksandra Tomé e Fernanda Maria Karas. Pauta da 5ª reunião: Processo 11787/13 ? EIV Koisas Frescas, Processo nº 4076/10 - Parâmetros Especiais, Eleição do CMPD, Processo nº 2367/15 ? Regimento Interno CMPD e Assuntos gerais. Hélio Luiz Bzuneck inicia a reunião e coloca em votação a aprovação das atas das reuniões dos dias 16/03 e 27/04, enviadas por email previamente. Aprovadas por unanimidade, Lauri Anderson Lenz passa para a apresentação do Processo 11787/13 ? EIV Koisas Frescas. Antonio Arival Correa comenta que a discussão sobre o sistema viário da região do terminal Angélica e da Av. das Araucárias, que iniciou na reunião do dia 27/04, a qual não teve quórum, seja retomada. Em discussão ficou definido que o conselho envie ofício para a prefeitura para que seja feito um estudo de melhorias do sistema viário da região. Hélio Luiz Bzuneck pergunta sobre os efluentes sanitários do empreendimento. Josiane Novak fala que a empresa está pleiteando junto à Sanepar uma extensão da rede de esgoto até o local. Lauri Anderson Lenz fala que caso a empresa não consiga a ligação com a rede de esgoto terá que fazer uma estação de tratamento. Hélio Luiz Bzuneck questiona em relação aos resíduos sólidos do empreendimento. Lauri Anderson Lenz comenta que por enquanto não consta no estudo nem o plano de gerenciamento de resíduos da construção civil nem o plano de gerenciamento de resíduos sólidos, mas que esses planos são obrigatórios nas etapas posteriores e deverão ser feitos. Hélio Luiz Bzuneck coloca em votação a aprovação do EIV Koisas Frescas. Aprovado por unanimidade. Hélio Luiz Bzuneck passa para o próximo assunto da pauta, a Eleição do CMPD. Fabiana Moreno Casado apresenta a lista dos representantes eleitos e indicados da sociedade civil e informa que a data de posse da nova gestão está marcada para 01/06, às 15h, no anfiteatro do Paço Municipal e que após o ato de posse será realizada a Primeira Reunião Ordinária da nova gestão com a eleição da mesa diretora. Hélio Luiz Bzuneck passa o Processo nº 4076/10 Parâmetros Especiais. Josiane Novak faz a apresentação do processo e explica que estão sendo pleiteados parâmetros especiais para terreno com área inferior àquela da legislação por conta de atingimento de faixa de domínio da via, para a regularização da obra, mas que ela foi embargada, multada e está com ação demolitória por ter sido feita de forma irregular, sem aprovação de projeto. Fabiana Moreno Casado comenta que o solicitante tem o direito de fazer o pedido de parâmetros especiais, mas que não significa que será atendido. Péricles Alves Pinto fala que provavelmente o município não entrou da forma mais correta na justiça para resolver a situação, e que o tipo de ação mais apropriada seria a ação ordinária de preceito combinatório. Josiane Novak sugere que o ideal seria o requerente aguardar a elaboração do Plano de Mobilidade que está em andamento porque dentro do plano está previsto a revisão da Lei do Sistema Viário e as condições para o processo podem mudar. Péricles Alves Pinto fala que é contra a aprovação do processo porque a área não é mais um terreno e, portanto, não se aplica a solicitação. Antonio Arival Correa coloca em votação a indicação de parâmetros especiais. Reprovado por unanimidade, ficando definido que não é possível indicar parâmetros especiais para a situação em que se encontra o terreno e a edificação. Antonio Arival Correa comenta que o Conselho não foi informado ainda sobre a lista com os representantes indicados do poder público para a Gestão 2015-2017. Fabiana Moreno Casado fala que o decreto de nomeação não ficou pronto e por isso ainda não foi publicado. Antonio Arival Correa passa para o próximo assunto da pauta o Processo nº 2367/2015 -

Regimento Interno do CMPD. Fabiana Moreno Casado explica que o processo REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25/05/2015 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 estava na Procuradoria do Município e agora retornou ao Planejamento que fez um despacho para o Conselho. Antonio Arival Correa comenta que o regimento interno já foi discutido e aprovado artigo por artigo e, mesmo com a sua opinião contrária, foi enviado pelos representantes do poder público para a Procuradoria do Município para validação. Fala ainda que foi pessoalmente na Secretaria de Planejamento para perguntar sobre o andamento do processo do regimento e elaborar um ofício, nº 22/2015, para pedir agilidade na análise por parte da Procuradoria do Município mas que no dia seguinte à elaboração foi informado de que foi feita uma verificação e que o processo do regimento já tinha retornado para a Secretaria de Planejamento e, portanto, o objeto do ofício nº 22/2015 perdeu a validade e ele não foi enviado. Fabiana Moreno Casado fala que o processo do regimento retornou a Secretaria de Planejamento com um pedido de justificativa da alteração e a solicitação de envio para ciência do Prefeito Municipal. Antonio Arival Correa questiona o porquê do conselho não ter tido autonomia de aprovar o regimento e já estar em vigência, e o porquê do processo ficar parado na Secretaria de Planejamento. Fabiana Moreno Casado explica que é obrigatório os processos desse tipo passarem pela Procuradoria para verificação do texto legal e que o processo não ficou parado no Planejamento, estando seguindo o trâmite normal e retornando agora ao Conselho. Antonio Arival Correa solicita cópia dos áudios existentes das reuniões do conselho. Fabiana Moreno Casado continua e lê o despacho ao conselho que foi feito no processo pela Secretaria de Planejamento. Antonio Arival Correa fala que o que foi sugerido no despacho já foi feito pelo conselho. Fabiana Moreno Casado fala que o que foi feito pelo conselho não alterou a Lei do Plano Diretor com relação à composição do Conselho, e que as informações no despacho servirão para a Procuradoria depois. Antonio Arival Correa fala que já tinha sido acordado no conselho que as mudanças que dependem de alteração de Lei seriam deixadas para a revisão do Plano Diretor. Fabiana Moreno Casado explica que o que está sugerido no despacho é antecipar a alteração da composição e do nome do conselho, e fazer uma conferência específica para isso. Antonio Arival Correa pergunta por que só agora surgiu esse despacho. Fabiana Moreno Casado fala que existem procedimentos do poder público para que essas alterações sejam feitas e que agora o órgão gestor está se disponibilizando para fazer essas mudanças. Antonio Arival Correa questiona se já não vai ter a conferência para a revisão do Plano Diretor. Fabiana Moreno Casado fala que se a alteração for feita junto com a revisão do Plano Diretor existe o risco de demorar anos para ser aprovada, e caso seja feita uma conferência específica seria aprovada em um tempo bem menor e o processo do Regimento Interno correria paralelamente. Antonio Arival Correa solicita uma cópia do processo do Regimento Interno para análise. Péricles Alves Pinto questiona se não existe a probabilidade de as conferências da revisão do Plano Diretor e da revisão da composição se sobreponem e causarem problemas. Fabiana Moreno Casado fala que existe a necessidade de fazer essa adequação ao sistema nacional para o conselho poder participar das instâncias superiores e cita o exemplo de o município não ter podido participar da conferência estadual de 2013. Péricles Alves Pinto pergunta se haverá tempo para fazer a conferência da composição antes da revisão do Plano Diretor e em ocorrendo essas alterações se será necessário haver novas eleições. Fabiana Moreno Casado responde que mesmo que se sobreponham não acha que haverá grandes problemas nisso, e que no caso de alteração será sim necessária nova eleição, mas que o conselho poderá fazer regras de transição. Antonio Arival Correa pergunta o que falta para o novo Regimento Interno ter validade. Fabiana Moreno Casado fala que falta o decreto ser publicado e o procedimento para que isso ocorra, e que em paralelo continua a discussão da composição. Péricles Alves Pinto comenta que o ideal seria que estivesse bem claro para todos os envolvidos que os assuntos da publicação do novo regimento e da discussão da composição são distintos. Péricles Alves Pinto sugere e os conselheiros concordam em mandar um ofício para a Procuradoria do Município pedindo uma previsão de quando seria finalizada a análise do processo do Regimento Interno. Péricles Alves Pinto sugere ainda deixar uma pauta prévia REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25/05/2015 103 104 105 106 107 108 109 110 111 112 113 114 115 116 117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 142 143 144 145 146 147 148 149 150 151 152 153 para a próxima gestão. Antonio Arival Correa fala que seria interessante deixar uma pauta para a nova gestão. Fabiana Moreno Casado fala que essa gestão pode sugerir, mas não impor uma pauta para a nova gestão. Péricles Alves Pinto sugere colocar na página do conselho no site da prefeitura os ofícios e os processos para acompanhamento. Antonio Arival Correa pergunta qual o prazo para o início da revisão do Plano Diretor. Fabiana Moreno Casado fala que o objetivo é iniciar esse ano e o prazo de finalização e aprovação é outubro de 2016. Péricles Alves Pinto comenta que então existem em torno de três meses para terminar a alteração da composição antes que inicie a revisão do Plano Diretor. O conselheiro Gustavo Soares Almeida teve que se retirar mais cedo. Antonio Arival Correa coloca em votação a proposta de fazer uma conferência específica para alterar a composição e o nome do conselho na lei do Plano Diretor e pede para constar em ata seu voto contra porque na sua opinião a alteração da composição não vai ser terminada antes do início da revisão do Plano Diretor e porque essa mudança já poderia ter sido feita bem antes. Fabiana Moreno Casado pede para constar em ata seu voto favorável porque a composição atual está em desacordo com o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano que estabelece uma porcentagem maior de conselheiros da Sociedade Civil do que do Poder Público. A votação teve a proposta aprovada com oito votos a favor, um contra e uma abstenção. Antonio Arival Correa passa para os assuntos gerais e coloca em votação a proposta de aprovar a ata dessa reunião por email para que não fique para a próxima gestão. Aprovado por unanimidade. Antonio Arival Correa apresenta o ofício externo recebido nº 54/2015 da Secretaria de Planejamento em resposta a sua solicitação sobre o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano e pede que seja encaminhado por email a todos os conselheiros. Antonio Arival Correa fala que conforme o ofício do conselho nº 28/15 que ele enviou ao Ministério Público, desde que o conselho deliberou sobre o fundo não teve mais informações a respeito, e pergunta ao secretário executivo se nesse período, até agora, existiu algum outro ofício recebido com informações sobre o fundo, e o secretário executivo responde que não. Antonio Arival Correa fala ainda que para sua surpresa, toma conhecimento agora da aprovação da Lei do Fundo, Lei Ordinária 2762/2014, e diz que ela não está aprovada conforme foi deliberado na reunião do conselho no 24/03/14, e lembra que na última conferência do Plano Diretor a proposta sobre o fundo já foi trazida com um erro e estava diferente do que foi deliberado pelo conselho e que se ele não tivesse feito o apontamento essa falha teria passado, e após discussão lê o Parágrafo Único do artigo 6º o qual diz que ?O CG/FMDU promoverá ampla publicidade das diretrizes e critérios de suas ações, das suas metas anuais e plurianuais, dos recursos previstos, recebidos, auferidos e aplicados, identificados pelas fontes de origem, das áreas objeto de investimento, dos números e valores aplicados e dos financiamentos e subsídios oferecidos, visando permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade e pelo Conselho Municipal do Plano Diretor.?. Antonio Arival Correa comenta que ficou definido que o conselho deliberaria sobre as ações do fundo e que no parágrafo lido o conselho somente faz o acompanhamento e fiscalização. Josiane Novak fala que na Lei está sim definido que o conselho fará a deliberação sobre as ações do fundo e lê o Parágrafo Único do artigo 5º que diz ?A aplicação dos recursos do FMDU indicada no caput deste artigo será deliberada pelo Conselho Municipal do Plano Diretor ou outro que venha a substituí-lo.?. Antonio Arival Correa fala que mesmo assim há uma incoerência nos artigos porque no Parágrafo Único do artigo 6º o texto sobre o acompanhamento e fiscalização atende a Lei de Responsabilidade fiscal, com um portal de transparência para o cidadão comum, e não para com um comprometimento do fundo para com o conselho. Péricles Alves Pinto pergunta se o fundo não enviou nada para o conselho até agora. Antonio Arival Correa responde que nunca foi enviado nada. Fabiana Moreno Casado comenta que o fundo não funciona ainda e deve ser regulamentado. Antonio Arival Correa comenta que ele não tinha essa resposta do ofício nº 54/2015 da Secretaria de Planejamento quando enviou o ofício nº 28/15 do conselho. Fabiana Moreno Casado fala

que REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25/05/2015 154 155 156 157 158 159 160 161 162 163 164 165 166 167 168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178 179 180 181 182 183 184 185 186 187 188 189 190 191 192 193 194 195 196 197 198 199 200 201 202 203 204 o presidente do conselho deveria ter perguntado ao Órgão Gestor do Plano Diretor antes de responder ao Ministério Público e lembra que no Regimento Interno consta que o conselho deve se basear nas informações do Órgão Gestor. Antonio Arival Correa fala que consta em ata que o conselho deveria ser informado a partir do momento que estivesse pronto para a aprovação da Lei na Câmara, o que não ocorreu. Fabiana Moreno Casado lembra que o presidente do conselho participou da última conferência do Plano Diretor e estava ciente do encaminhamento da Lei do fundo até aquele momento. Antonio Arival Correa fala que uma coisa é o poder público falar que os encaminhamentos sobre a Lei do fundo foram publicados e estão disponíveis para consulta e que o conselho deveria ter se informado e outra é o comprometimento de a informação ser encaminhada diretamente para o conselho. Josiane Novak comenta que como presidente participou da última conferência do Plano Diretor não poderia ter simplesmente alegado que não sabia dos encaminhamentos da Lei do fundo por não ter sido informado diretamente e que isso é omissão. Péricles Alves Pinto sugere que o conselho discuta sobre qual seria a forma ideal para o tráfego de informações e que depois questione sobre qual seria o entendimento do Órgão Gestor sobre isso e que, se possível, fosse feito um acordo para que não houvesse mais desentendimentos sobre isso, ou se tomasse as medidas cabíveis para resolver a questão. Antonio Arival Correa pergunta a Fabiana Moreno Casado se chegou ao Órgão Gestor algum ofício do Ministério Público com os mesmos questionamentos sobre o fundo que chegaram ao conselho e a resposta foi negativa. Antonio Arival Correa afirma que faz a pergunta apenas para confirmar a informação porque ele fez essa mesma pergunta ao promotor em uma reunião, e inclusive o promotor gravou a reunião e ele, Antonio, filmou e que a situação com o promotor está de tal forma que pode acabar chegando a Corregedoria ou na Procuradoria Geral da União. Antonio Arival Correa pergunta ainda a Fabiana Moreno Casado se o cargo de Coordenadora do Plano Diretor já existia no início do atual mandato, se é efetivado através de decreto e tem função gratificada. Fabiana Moreno Casado responde que o cargo foi criado logo após ela retornar de licença, é sem remuneração e foi regulamentado através de Portaria. Antonio Arival Correa diz que faz a pergunta para poder se dirigir corretamente nos questionamentos. Fabiana Moreno Casado retoma a questão de o presidente ter respondido ao Ministério Público que não tinha informações a respeito do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano ? FMDU e faz a leitura do seguinte trecho da ata da reunião do dia 16/06/2014 ?Fábio Alceu Fernandes pede para fazer a leitura e aprovação do texto final das adequações da Lei que institui o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano de Araucária - FMDU, que será encaminhada a Câmara Municipal, para que fique de acordo com o que foi aprovado na 2ª Audiência Pública do Plano Diretor de Araucária.? e comenta que isso demonstra que o conselho teve informações depois da conferência sobre o andamento da aprovação da Lei do fundo. Antonio Arival Correa fala que não foi dito quando a Lei foi enviada ou aprovada e que não poderia responder ao Ministério Público desta forma. Fabiana Moreno Casado fala que então o presidente poderia ter perguntado ao Órgão Gestor e que a Lei foi publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município. Péricles Alves Pinto fala que o presidente poderia ter perguntado ao Órgão Gestor, que teria um tempo para dar a resposta e a informação seria fornecida. Antonio Arival Correa pede para constar em ata o fato de que em email enviado por Fabiana Moreno Casado aos conselheiros falando sobre os ofícios do conselho nº 28/15 e nº 29/15 é dito por ela, e com a concordância de outros conselheiros do poder público que também enviaram email e participaram da discussão, que o presidente do conselho não poderia expedir ofício sobre nenhum assunto sem a aprovação do conselho e pergunta se os conselheiros presentes concordam com a afirmação. Fabiana Moreno Casado fala que o que está dito é que o presidente não pode enviar ofícios de assuntos relevantes e não sobre qualquer assunto. Antonio Arival Correa fala que inclusive fez essa pergunta em reunião com o promotor e que tem a gravação do que o promotor disse a respeito. Fabiana Moreno Casado pede então para ouvir a gravação para ver o que o promotor disse. Antonio Arival REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25/05/2015 205 206 207 208 209 210 211 212 213 214 215 216 217 218 219 220 221 222 223 224 225 226 227 228 229 230 231 232 233 234 235 236 237 238 239 240 241 242 243 244 245 246 247 248 249 250 251 252 253 254 Correa fala para pedir a gravação do promotor porque a sua gravação é particular. Antonio Arival Correa pergunta para Fabiana Moreno Casado o que são assuntos relevantes. Fabiana Moreno Casado responde que os assuntos dos ofícios do conselho nº 28/15 e nº 29/15 são assuntos relevantes e inclusive que o assunto do ofício nº 29/15 já tinha sido discutido e não deliberado pelo conselho. Antonio Arival Correa fala que tentou discutir o assunto do ofício do conselho nº 29/15, sobre o caso do conselheiro Moacir Marcos Tuleski Pereira e que o conselho não quis discutir e que um argumento usado por representantes do poder público foi para esperar porque existia a possibilidade de o novo regimento entrar em vigência antes da eleição. Fabiana Moreno Casado fala que isso não foi dito e que não há registros dessa informação, apenas de que a versão do regimento proposta pelo Conselho não tinha validade, pois sendo um decreto só teria vigência após publicação. Antonio Arival Correa pergunta por que o conselho não quis discutir isso. Fabiana Moreno Casado fala que o assunto foi explicado e discutido. Antonio Arival Correa fala que foi discutido, mas pergunta se foi deliberado. Fabiana Moreno Casado fala que foi discutido, mas que não foi colocado em votação. Antonio Arival Correa pergunta então porque ele não colocou em votação e afirma que ele não colocou em votação porque Fabiana Moreno Casado teria dito que o regimento interno era omissivo e que ele teria respondido que existia o novo Regimento Interno e Fabiana Moreno Casado teria dito então para esperar o novo regimento. Fabiana Moreno Casado afirma que disse para aguardar o novo regimento porque ele ainda não era válido. Antonio Arival Correa fala que vai verificar os áudios das reuniões e diz que enviou a situação para o Ministério Público e ainda não teve resposta. Josiane Novak fala que mais uma vez o presidente fala em nome do conselho sem a deliberação e que ela já tinha comentado isso em outra reunião. Antonio Arival Correa pergunta novamente aos conselheiros se ele não poderia ter assinado o ofício nº 29/15 e pede para que conste em ata quem concorda com isso. Josiane Novak reitera que em outra reunião já tinha sido levantada a questão do presidente estar mandando ofícios sem a deliberação do conselho e que existem ofícios expedidos sem o conhecimento do conselho e inclusive consta em ata que o presidente disse que tem autonomia para fazer isso. Antonio Arival Correa coloca em votação quem concorda com a opinião das Conselheiras Josiane Novak e Fabiana Moreno Casado, sendo que vários conselheiros manifestaram concordância, mas é verificado que como a conselheira Fernanda Maria Karas acabou de se ausentar não há mais quórum para deliberação desse assunto e então Antonio Arival Correa solicita que conste apenas quem concorda com a opinião das conselheiras, mas sem deliberação. Quem se manifestou a favor além de Josiane Novak e Fabiana Moreno Casado foram Lauri Anderson Lenz, Hélio Luiz Bzuneck, Moacir Marcos Tuleski Pereira e Alexandra Tomé. Antonio Arival Correa afirma que então essas pessoas citadas estão dizendo que o presidente não pode emitir ofícios. Antonio Arival Correa afirma que caso verifique algum ofício assinado na próxima gestão que não passou pelo conselho ele vai processar. Fabiana Moreno Casado reitera que o que foi dito é que os assuntos relevantes e polêmicos devem passar por votação em plenária. Antonio Arival Correa pergunta novamente para Fabiana Moreno Casado o que são assuntos polêmicos para ela. Fabiana Moreno Casado repete que os assuntos do ofício nº 29/15 são polêmicos e fala que esse assunto já tinha sido discutido no conselho e não resolvido e que mesmo assim o Presidente encaminhou ofício com informações e opiniões pessoais. Antonio Arival Correa fala que como representante da sociedade civil e presidente do conselho não poderia deixar isso acontecer e foi o que ele fez e pede que conste em ata que ele foi contra esse ato da administração pública e vai ser sempre, e a partir de agora com mais veemência, e fala ainda que não vai deixar os representantes do poder público decidirem porque eles tem um cargo comissionado dentro do conselho. Alguns conselheiros se retiraram da reunião. Não havendo mais assuntos e quórum, a reunião se encerrou às 16h e 30min. Nada mais a relatar eu secretário executivo Victor Aurélio Antunes, lavrei e assino a presente ata. REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25/05/2015 255 256 257 258 259 260 261

262 263 264 265 266 267 268 269 270 271 272 273 274 275 276 277 278 279 280 281 282 283 284 285 286 287 288 289 290 291 Antonio Arival Correa Presidente Conselheiro Titular Conselhos Municipais Juscelino Katuragi de Melo Conselheiro Titular Associações de Classe Fabiana Moreno Casado Conselheira Titular NPPU Hélio Luiz Bzuneck Conselheiro Titular SMMA Lauri Anderson Lenz Conselheiro Suplente NPPU Moacir Marcos Tuleski Pereira Conselheiro Suplente Regionais Urbanas Telma Schiminsky Conselheira Suplente SMED Josiane Novak Conselheira Titular SMUR Aleksandra Tomé Conselheira Titular SMSA Péricles Alves Pinto Conselheiro Titular Indústria e Comércio Victor Aurélio Antunes Secretário Executivo Gustavo Soares Almeida Conselheiro Suplente SMAG ARAUCARIA PREFEITURA MUNICIPAL:80721168949 Fernanda Maria Karas Conselheira Titular CODAR Assinado de forma digital por ARAUCARIA PREFEITURA MUNICIPAL:80721168949 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Caixa Economica Federal, ou=AC CAIXA PJ v2, cn=ARAUCARIA PREFEITURA MUNICIPAL:80721168949 Dados: 2015.07.01 11:04:39 -0300